

# Um 'batalhão' de PMs a serviço de bicheiro

MP prende 18 policiais militares e um penal. Apenas um agente está foragido. A Justiça determinou ainda que outros 11 acusados de garantir a proteção de Rogério de Andrade, presidente de honra da Mocidade, usem tornozeleiras

VERA ARAÚJO, CAROLINA CALLEGARI, MARCOS NUNES E THAYNA RODRIGUES  
reportagem@globo.com.br

Uma investigação do Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Rio (MPRJ), mostrou que a proteção do bicheiro Rogério de Andrade, presidente de honra na Mocidade Independente de Padre Miguel e sobrinho de Castor de Andrade, era garantida por uma tropa de policiais militares.

Ontem, 17 agentes da ativa e um reformado foram presos. Um policial penal também foi detido. A ação foi um desdobramento da Operação Caligula, deflagrada em maio de 2022 contra a rede de jogo de azar comandada pelo contraventor. Na ocasião, dois delegados Ronnie Lessa, acusados da morte de Marielle Franco, também foram denunciados.

## CONTRAVENTOR MONITORADO

A operação de ontem, batizada de Pretorianos, buscou cumprir 20 mandados de prisão e 50 de busca e apreensão. A denúncia contra 31 acusados — 18 PMs da ativa, um policial penal, dez agentes inativos, um policial excludido e um civil — foi pelo crime de organização criminosa armada com o objetivo de obter "vantagens financeiras ilícitas oriundas da exploração de jogos de azar, mediante a prática de corrupção ativa, extorsão, lesão corporal de natureza grave, homicídio e lavagem de dinheiro". Dos 31 denunciados, 11 vão ter que usar tornozeleiras eletrônicas. Um PM ainda está foragido.

Fora da cadeia desde dezembro de 2022, Rogério cumpre prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica e não foi alvo da ação deflagrada ontem. Um relatório do MP aponta pelo menos 11 atuações criminais na folha do contraventor, por crimes de homicídio, quadrilha, lavagem de dinheiro e organiza-

ção criminosa, entre outros. A última prisão dele foi feita em Petrópolis, onde a Polícia Federal apreendeu uma lista de pagamento de propina a policiais. Em dezembro do mesmo ano, o sobrinho de Castor foi solto por ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Hoje, segundo sua defesa, Rogério responde apenas por corrupção ativa e organização criminosa. A ação penal contra ele pelo homicídio de Fernando Iguaçu, genro de Castor de Andrade, por exemplo, foi travada pelo STJ. E ele foi absolvido no processo em que era acusado de ser o mandante da morte de seu primo Paulo Roberto de Andrade, em 1998, na Barra da Tijuca.

De acordo com a nova denúncia do MPRJ, Rogério ganhava R\$ 207,6 mil por mês com a folha salarial de 36 seguranças, a maioria policiais militares. Os valores constam de planilhas apreendidas em um imóvel de bicheiro em um condomínio de luxo, na Barra da Tijuca, em maio de 2022. A investigação aponta que essa proteção era mantida pelo bicheiro desde pelo menos abril de 2021 e que os seguranças recebiam de acordo com a patente. Os salários mensais variam de R\$ 5,6 mil (soldado da PM) a R\$ 7,6 mil (oficial).

## TRABALHO VIGIADO

O "fisco" para a contravenção tinha regras. Os seguranças eram vigiados por câmeras e cobrados com rigor. Trocas de mensagens em um grupo de WhatsApp intitulado "Vampiro" (referência a quem trabalhava na noite) mostram que os agentes não podiam dormir em serviço. "É para o pessoal da noite que acha que depois de uma certa hora vai dormir. Quem dorme não tem direito a sonhar. Ele paga para trabalhar. Acho que ele tem visto pouco movimentação nos corredores e na garagem. Ele vê tudo. Então, vou re-



Prisão domiciliar. O bicheiro Rogério de Andrade: fora da cadeia desde 2022, e monitorado por tornozeleira eletrônica

## OS QUE TIVERAM PRISÃO DECRETADA



## OUTROS CRIMES

Entre os que tiveram as prisões decretadas na Pretoriana está o sargento Anderson Faria Mercês, envolvido na morte de Maria Eduarda Alves da Conceição, de 13 anos, baleada no pé da escola em Acari, na Zona Norte do Rio, em 2017. A polícia concluiu que Mercês fez disparos naquele dia, mas não conseguiu determinar se algum deles atingiu a jovem. O policial também é investigado pela morte da menina Maria Eduarda Sardinha, de 11 anos, atingida por um tiro de fuzil no rosto dentro de casa na favela Para-Pedro, em 2013.

Outro alvo da operação de ontem, o sargento Carlos Fernando Dias Chaves matou dois jovens após confundir um macaco hidráulico com uma submetralhadora, em outubro de 2015. Na ocasião, Thiago Guimarães Dingo e Jorge Lucas Martins Paes estavam numa moto a caminho de uma oficina mecânica. Já o subtenente Flávio Pereira Moraes — apontado como novo chefe da segurança de Andrade — foi convocado para depor na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), em 2015, por ser o policial a fazer mais disparos naquele ano. De janeiro a outubro, ele atirou 606 vezes. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Armas, Moraes afirmou que todos os tiros foram disparados em legítima defesa.

# Lessa diz ter se encontrado com mandantes após matar Marielle

Ex-PM contou que contratantes disseram que investigação não daria em nada

PAOLA SERRA E JÚLIA COPEL  
reportagem@globo.com.br

Preso sob a acusação de ter atirado na vereadora Marielle Franco e no motorista Anderson Gomes, o ex-PM Ronnie Lessa contou em sua delação premiada, agora homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que foi a uma reunião a sós com os dois mandantes do crime, quando ouviu deles o interesse de contratá-lo para cometer o assassinato. A informação foi divulgada pela GloboNews.

A reportagem da emissora revelou ainda que, segundo Lessa, ele se encontrou mais uma vez com os mandantes após o crime. Nessa ocasião, o ex-PM teria dito que estava muito preocupado com a pressão da sociedade para identificar e prender os assassinos. Ele teria ouvido

dos dois que era para ficar tranquilo, pois a investigação não daria em nada.

Se comprovado, esse encontro vai ajudar a Polícia Federal a produzir provas contra os mandantes do crime.

Na negociação da delação premiada firmada com a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República, Lessa prestou três depoimentos. Além de agentes e delegados, promotores do Ministério Público Estadual e procuradores do Ministério Público Federal da própria PGR participaram dos tratativas.

Em uma sala na Penitenciária Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde está preso, Lessa recebeu os agentes em cerca de dez ocasiões, desde agosto do ano passado, e teve todos os relatos gravados em áudio e vídeo. As informações repassadas por ele foram cheçadas e confronta-

das, ao longo dos últimos meses. Só após essa verificação da autenticidade do que diz réu, a delação é firmada.

O caso estava tramitando antes no Superior Tribunal de Justiça (STJ) porque o também ex-PM Elcio de Queiroz havia citado em sua delação o nome do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) Domingos Brazão, irmão do deputado federal Chiquinho Brazão. O STJ é o foro indicado para julgar procedimentos envolvendo conselheiros de tribunais de contas dos estados. Brazão nega qualquer envolvimento no crime.

O inquérito só foi para o STF após a colaboração de Lessa. Isso indica que ele citou alguém com foro na Corte, que é responsável pelo julgamento de autoridades como presidentes da República, vice-presidentes, ministros, senado-



Detalhe: O ex-PM Ronnie Lessa, no dia de sua prisão em março de 2019

res, deputados federais e integrantes dos tribunais superiores. O relator do caso agora é o ministro Alexandre de Moraes, que homologou anteriormente a delação do ex-PM. Com a formalização do acordo de colaboração, os advogados Bruno Castro e Fernando Santana deixaram a defesa do ex-policial. No co-

municado, afirmam que o escritório não atua para delatores "por ideologia jurídica". A nota diz que os advogados já tinham deixado claro essa decisão para o cliente. Eles vão sair dos 12 processos a que Lessa responde.

Conforme revelou o GLOBO, para aceitar a delação, Lessa concordou em ter uma

espécie de unificação de sentenças, com o estabelecimento de uma pena total que fique entre 20 e 30 anos de prisão. O acordo prevê ainda o retorno do ex-PM do presídio federal de Campo Grande (MS) para uma unidade do Rio.

'SNIPER AMERICANO'

Na cadeia, Lessa tenta reduzir sua pena. Dentro do projeto "Remição pela Leitura", ele elaborou um relatório sobre o livro "Sniper Americano", em que é contada a história do franco-atirador mais letal da história dos Estados Unidos, com 160 mortes confirmadas. Na conclusão, Lessa escreveu que "a obra é uma emocionante e chocante narrativa dos terríveis acontecimentos de uma guerra. Escrita por um verdadeiro guerreiro moderno e seguramente recomendável aos admiradores do gênero".

O ex-PM foi preso em março de 2019 acusado de ter atirado nas vítimas. Já Elcio de Queiroz, que também está preso, admitiu ter dirigido o carro usado na emboscada. Em fevereiro do ano passado, a PF abriu um inquérito para apurar quem foi o mandante e o motivo do crime.